



A ESTRUTURA COMPOSICIONAL EM DISCURSO JURÍDICO: INVESTIGANDO O PLANO DE TEXTO E AS SEQUÊNCIAS NARRATIVAS

José Aldivan Almeida Silva (1); Maria Eliete de Queiroz (4)

*Universidade do Estado do Rio grande do Norte
Campus Avançado Maria Elisa de Albuquerque Maia
pferros.cameam@gmail.com*

RESUMO:

Este trabalho tem, por objetivo, analisar plano de texto e sequência narrativa presentes em um gênero, predominantemente, argumentativo, a peça jurídica de número 001/2016, que trata da defesa da ex-presidenta Dilma Rousseff, sobre o processo por crime de responsabilidade. Justificamos a escolha do *corpus* por se tratar de um documento de importância política, jurídica e social. A pesquisa baseia-se nos pressupostos da Análise Textual de Discursos (ATD), tendo, por base, os estudos de Adam (2011). A metodologia utilizada caracteriza-se como qualitativa, descritiva e documental, de natureza interpretativa. Verificamos que o plano de texto está dividido em: abertura, corpo do texto e fechamento. Já as sequências narrativas aparecem através de notícias veiculadas pela mídia e inseridas na peça, tentando comprovar a suposta “má índole”, do então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Textual de Discursos; Plano de texto; Sequências narrativas; Discurso jurídico.

2- INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe, como temática, analisar a estrutura composicional em discurso jurídico, fundamentando-se nos pressupostos da Linguística Textual e, mais especificamente, na Análise Textual de Discursos (ATD), respaldando-se nos estudos de Adam (2008 e 2011), Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010), entre outros.

A ATD é uma área de perspectiva teórica, metodológica, descritiva e interpretativista que concebe o texto e o discurso em novas categorias que se complementam e são condicionadas mutuamente (ADAM, 2011). Ela tem o propósito de estudar a produção co(n)textual de sentido, fundamentada na análise de textos concretos (ADAM, 2011, p. 23).

O nosso objetivo geral é investigar o plano de texto e as sequências narrativas presentes no gênero peça jurídica. Como objetivo específico, analisar o papel das sequências narrativas para a orientação argumentativa do texto.

O *corpus* selecionado, para análise, é a defesa da ex-presidenta, da República, Dilma Roussef, sobre o processo por crime de responsabilidade. A escolha do *corpus* se justifica por se tratar de um documento de relevância jurídica, política e social, de nosso país.

A pesquisa faz parte do projeto “A estrutura composicional em documento do discurso jurídico: investigando plano de texto e sequências textuais”, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ). A outra justificativa para a escolha da temática é que vem fortalecer os estudos do Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino de Texto (GPET), do CAMEAM\UERN.

Este artigo divide-se em: introdução, síntese teórica, metodologia, análise dos dados, conclusão e referências.

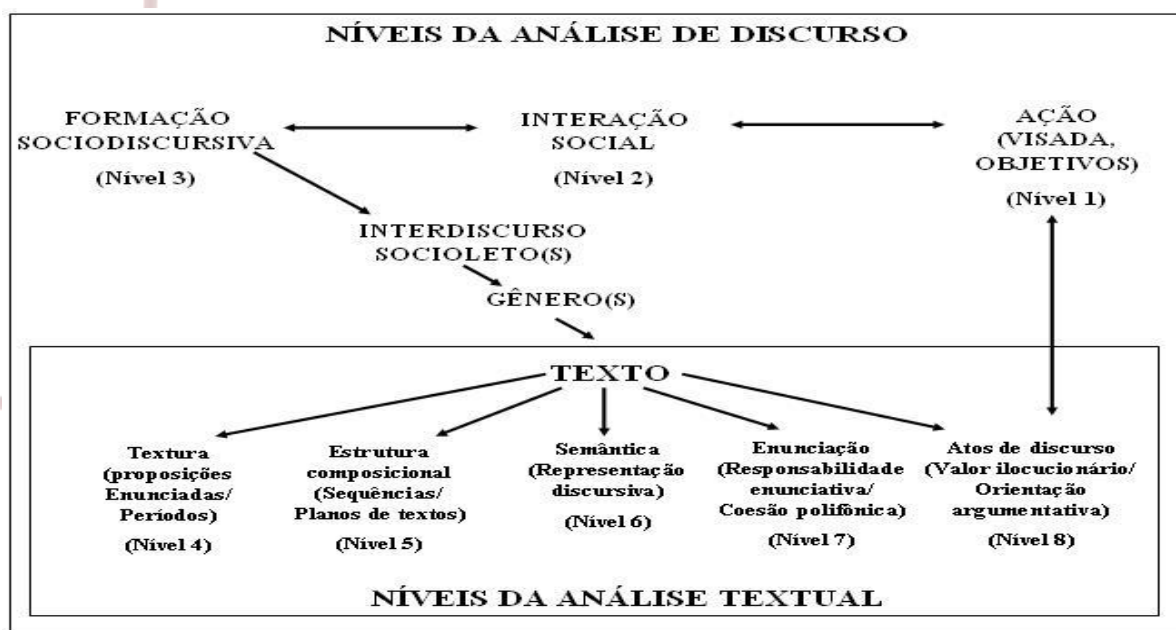
3- SÍNTESE TEÓRICA

3.1 LINGUÍSTICA TEXTUAL E ANÁLISE TEXTUAL DE DISCURSOS

A Linguística Textual (LT) surgiu na Alemanha com o propósito de ir além da análise de frases isoladas. Essa disciplina concentra suas atenções no texto em seu contexto de produção e circulação. O texto é tratado como um processo que envolve o sujeito e a situação de comunicação, tentando entender como é produzido e como ganha sentidos.

A LT é subdomínio da Análise Textual de Discursos (ATD). A ATD tem o propósito de estudar a produção co(n)textual de sentido, fundamentada na análise de textos concretos (ADAM, 2011, p. 23). Ainda de acordo com Adam (2011, p. 25), a ATD busca “teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui o texto”.

A ATD compreende vários níveis para uma análise textual. Para este estudo, centramos no nível 5 (N5) do esquema 4, proposto por Adam (2011), que é a estrutura composicional. Vejamos:



Fonte: Adam (2011, p. 61)

3.1.1 ESTRUTURA COMPOSICIONAL: PLANO DE TEXTO E SEQUÊNCIAS TEXTUAIS

Torna-se relevante esclarecer, inicialmente, a definição de plano de texto e sequência textual. Para Adam (2011), o plano de texto é um princípio de organização que permite concretizar as intenções de produção e distribuição da informação no desenvolvimento da textualidade, responsável pela estrutura composicional do

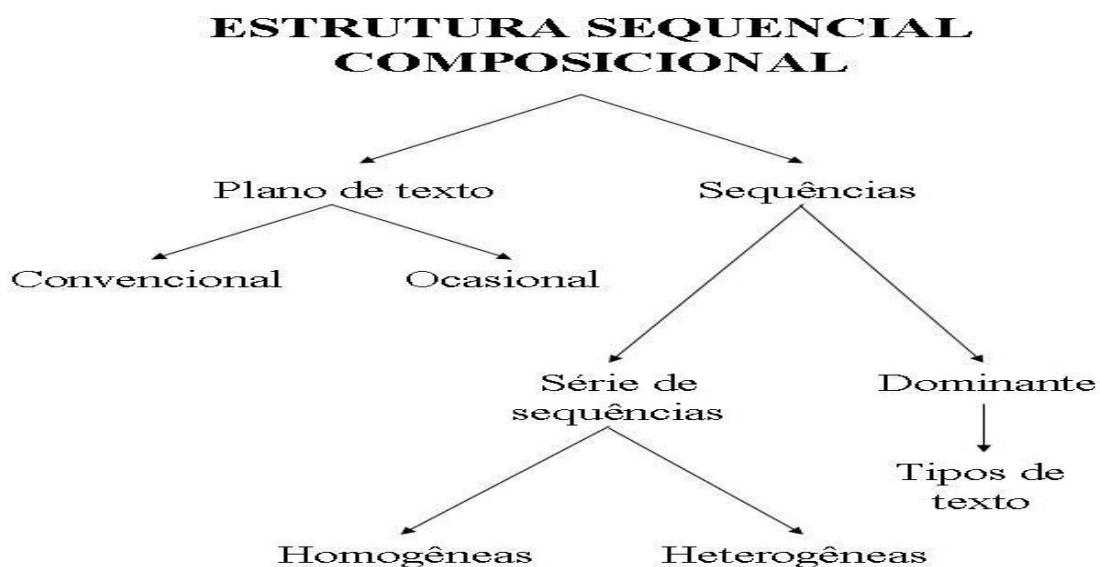
texto. Em outras palavras, o texto é uma construção organizada e o plano de texto é quem é o responsável por essa estruturação, sendo, extremamente, relevante para a construção de sentidos.

Todo texto tem um plano, alguns com um plano mais fixo (como por exemplo: um artigo, uma redação, etc.) e outros com o plano mais dinâmico (principalmente, alguns gêneros orais), ou seja, um plano pode ter (ou não) uma estrutura mais rígida, dependendo do gênero textual e das intenções do produtor. Para Marquesi; Elias; Cabral (2017, p. 14), “o plano de texto reflete a maneira como as informações estão organizadas no texto, indicando, também, a organização das sequências textuais, sempre de acordo com as intenções de quem escreve”.

Um conjunto de proposições formam os períodos. Esses períodos formam as macroproposições que, por sua vez, formam as sequências. Adam (2011) define as sequências como “unidades textuais complexas, compostas de um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados: as macroproposições”. O autor ainda ressalta que os elementos, que constituem uma sequência, se organizam de forma hierárquica. As sequências são compostas de um número limitado de enunciados que se organizam em combinações pré-formatadas, proporcionando, a um texto, características narrativas, descritivas, argumentativas, injuntivas ou dialogais (nota-se que um texto pode ter mais de uma, mas uma será a dominante).

Vejamos o gráfico da estrutura sequencial-composicional de um texto:

Estrutura sequencial-composicional do texto

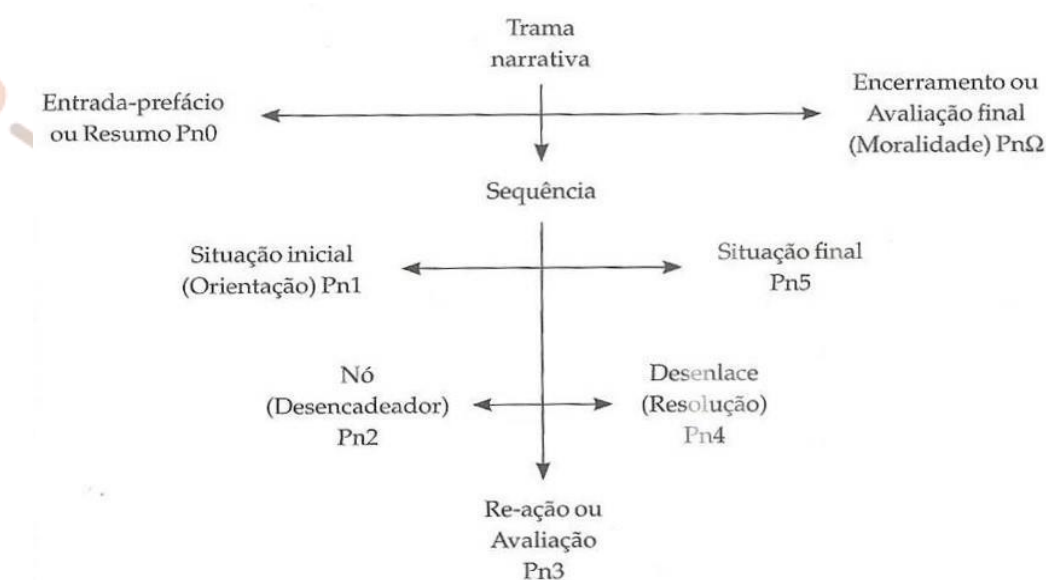


Esquema 10: Estrutura sequencial-composicional do texto

Fonte: Passeggi *et al.* (2010, p. 298).

3.1.1.1 SEQUÊNCIA NARRATIVA

Por ser a sequência a ser analisada, nesta pesquisa, nós detalharemos a estrutura de uma narrativa, no seu mais alto grau de narrativização, de acordo com Adam (2011). Inicialmente, o autor relata que, para que uma trama consiga chegar, a esse ápice, é necessário cinco momentos (m): m1: antes do processo (situação inicial); m2: início do processo (nó); m3: curso do processo (reação/avaliação); m4: fim do processo (desenlace); m5: depois do processo (situação final). Posteriormente, o autor acrescenta a entrada-prefácio ou resumo e o encerramento ou avaliação final (moralidade). Observemos o esquema 20:



Esquema 20: A sequência narrativa. Fonte: Adam (2011, p. 229).

Ressaltamos a relevância das setas duplas, do esquema, que nos mostram que, não necessariamente, esses momentos ocorrem em ordem cronológica: o encerramento ou avaliação final (PnΩ) pode vir antes da entrada-prefácio ou resumo (Pn0) e vice versa. A mesma coisa ocorre com a situação inicial (Pn1) e a situação final (Pn5), e com o nó (Pn2), a problemática da narrativa, e o desenlace (Pn4), a resolução desse nó. Mas, nem todas, as narrativas, possuem esse grau de narrativização mais complexo.

METODOLOGIA

A abordagem de pesquisa é qualitativa, pois se propõe a compreender os fenômenos através da coleta de dados e, a partir disso, estudar as suas particularidades. Quanto aos objetivos, é descritiva e documental, porque visa descrever as características do nosso objeto de estudo, a partir de um documento cientificamente autêntico, a peça jurídica de número 001/2016, da Advocacia Geral da União. Ressaltamos a importância do pesquisador nesse tipo de trabalho, pois se trata de uma pesquisa de natureza interpretativa que foi direcionada para um contexto em que os fatos ocorreram.

A coleta foi realizada em duas etapas para a análise do *corpus*: i) seleção e descrição das partes que compõem a materialidade e constrói o objeto pesquisado. Na primeira etapa, foi feita a seleção do *corpus*, a coleta do documento jurídico. Em seguida, determinamos as partes em que se encontram as narrativas, com base no plano de texto. Depois desse processo de identificação, verificamos o número de narrativas encaixadas. Para este trabalho, selecionamos uma, como base, para fazer o trabalho de identificação e de análise do esquema da narrativa. ii) A segunda etapa estabelece os critérios de análise, interpreta e explora o objeto de investigação. Nessa etapa, observamos como as narrativas se organizam para analisar a sua função na orientação argumentativa do texto. Utilizamos o esquema 20, o esquema de organização narrativa, proposto por Adam (2011), para analisar entrada-prefácio ou resumo (Pn0), a situação inicial (Pn1), o nó (Pn2), a re-ação ou avaliação (Pn3), o desenlace (Pn4), situação final (Pn5), o encerramento ou avaliação final (PnΩ).

O plano de texto, da peça jurídica, está organizado em abertura, corpo do texto e fechamento. A partir do plano, identificamos que as narrativas aparecem no corpo do texto, mas, somente, na seção II: QUESTÕES PRELIMINARES, e, mais especificamente, na sub-seção II.1: A NULIDADE DO PROCESSO.

4- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, exibimos uma análise da estrutura composicional do gênero peça jurídica, da Advocacia Geral da União (AGU), n. 001/2016, que trata da defesa da ex-presidenta da República do Brasil, sobre o processo por crime de responsabilidade.

Apresentação do plano de texto:

ABERTURA	TIMBRE
	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
	IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO
CORPO DO TEXTO	SAUDAÇÃO INICIAL (EPÍGRAFE)
	SEÇÃO I: CONSIDERAÇÕES INICIAIS; I.1.) ADMISSIBILIDADE DO PROCESSO I.2.) A LEGITIMAÇÃO DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO I.3.) DELIMITAÇÃO DO OBJETO
	SEÇÃO II: QUESTÕES PRELIMINARES II.1.) A NULIDADE DO PROCESSO II. 2.) DOS VÍCIOS PROCEDIMENTAIS II.2.A) A INDEVIDA DELAÇÃO PREMIADA II.2.B) INDEVIDA ETAPA PROCEDIMENTAL II.2.C) A AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO
	SEÇÃO III: MÉRITO III.1.) CARACTERÍSTICAS JURÍDICAS DO CRIME III.2.) DA ACUSAÇÃO DE DECRETOS III.2.A) DA IMPUTAÇÃO III.2.B) DISTINÇÃO ENTRE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA III.2.C) AUTORIZAÇÃO DE CRÉDITOS III.2.D) COMO É ELABORADO UM DECRETO III.2.E) DECRETOS DE CRÉDITO III.2.F) DESPESAS FINANCEIRAS III.2.G) DESPESAS OBRIGATÓRIAS III.2.H) DESPESAS DISCRICIONÁRIAS III.2.I) ALTERAÇÃO DA META FISCAL III.2.J) CUMPRIMENTO DA META III.2.K) POSICIONAMENTO DO TCU III.3.) OPERAÇÃO DE CRÉDITO III.3.A) DELIMITAÇÃO DO OBJETO III.3.B) PLANO SAFRA III.3.C) ATIPICIDADE DAS CONDUTAS III.3.C.1) DESCRIÇÃO DOS FATOS III.3.C.2) DA IMPOSSIBILIDADE DE VIOLAÇÃO À LRF III.3.C.3) DA ATIPICIDADE DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO III.3.C.3.1) OPERAÇÃO DE CRÉDITO III.3.C.3.2) NÃO CARACTERIZAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO III.3.D) POSICIONAMENTO DO TCU
	FECHAMENTO
	SEÇÃO IV: CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL
	SEÇÃO V: CONCLUSÃO

O plano de texto está dividido em abertura, corpo do texto e fechamento. Ele é um dos responsáveis pela estruturação do gênero, sendo de grande relevância para a construção de sentidos. O plano de texto mostra como estão organizadas as seções e sub-seções da peça jurídica, contribuindo para compreendermos como as informações estão organizadas no gênero.

Com base no plano de organização, verificamos que as narrativas aparecem no corpo do texto, na seção II: QUESTÕES PRELIMINARES, na sub-seção II.1: A NULIDADE DO PROCESSO. Observamos que as narrativas se organizam por meio de notícias veiculadas pela mídia, com o propósito de reforçar que o processo de *impeachment* foi ilegal. Elas aparecem com o objetivo de contribuir para a orientação argumentativa do texto, para reforçar a ideia de que o processo deveria ser anulado, devido à suposta “má índole” de Eduardo Cunha (Presidente da Câmara dos Deputados, durante o processo).

Para este trabalho, selecionamos uma narrativa, que servirá, como base, para fazermos o trabalho de identificação e de análise. A fonte da narrativa encaixada no discurso de defesa é do *site* de notícias veiculadas sobre política, o *broadcast*.

Antes de inserir a narrativa, a defesa da ex-presidenta, representada pelo advogado Geral da União, José Eduardo Cardoso, relata que o processo de *impeachment* seria uma “tábua de salvação” para Eduardo Cunha, pois, ao fazer um acordo com a oposição, ele preservaria o seu mandato de um possível processo de cassação. Vejamos:

Nesse sinistro jogo pendular, ele (Eduardo Cunha) precisava de garantias da oposição, no sentido de que, caso viesse a abrir um processo de *impeachment* contra a Sra. Presidenta da República, teria um efetivo "salvo conduto" em relação ao prosseguimento regular do seu mandato. Ele próprio, com a habitual transparência com que habitualmente revela seu *modus operandi* verbalizou a líderes opositoristas, sem qualquer constrangimento:

Observamos à narrativa:

"Se eu derrubo Dilma agora, no dia seguinte, vocês é que vão me derrubar"

Em reunião realizada na manhã desta terça-feira (13) na residência oficial da Câmara, o presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi direto com os líderes da oposição: "Se eu derrubo Dilma agora, no dia seguinte, vocês é que vão me derrubar", disse. Na conversa pela manhã, Cunha ainda demonstrava desconforto em relação a nota da oposição, divulgada no último sábado, que defendia sua saída, mesmo o texto tendo sido negociado com ele. Em conversas mais reservadas, Cunha

quer garantias de que conseguirá preservar o seu mandato. Alguns partidos da oposição sinalizam que podem tentar segurar um processo de cassação contra o presidente da Câmara dentro do Conselho de Ética. Mesmo assim, no PSDB, a avaliação é de que Cunha ainda pode fazer um acordo com o governo, caso perceba que não haverá os 342 votos necessários para abrir um processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

A narrativa caracteriza-se como encaixada, pois é uma sequência (narrativa) que se encaixa dentro de outra sequência (argumentativa). Vejamos como se divide a trama:

Resumo (Pn0)	"Se eu derrubo Dilma agora, no dia seguinte, vocês é que vão me derrubar"
Situação inicial (Pn1)	Em reunião realizada na manhã desta terça-feira (13) na residência oficial da Câmara, o presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi direto com os líderes da oposição.
Nó (Pn2)	"Se eu derrubo Dilma agora, no dia seguinte, vocês é que vão me derrubar".
Re-ação ou avaliação (Pn3)	Cunha ainda demonstrava desconforto em relação a nota da oposição.
Desenlace (Pn4)	Cunha quer garantias de que conseguirá preservar o seu mandato.
Situação final (Pn5)	Alguns partidos da oposição sinalizam que podem tentar segurar um processo de cassação contra o presidente da Câmara dentro do Conselho de Ética.
Encerramento ou avaliação final (PnΩ).	a avaliação é de que Cunha ainda pode fazer um acordo com o governo, caso perceba que não haverá os 342 votos necessários para abrir um processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

O Pn0 da narrativa não faz parte da notícia retirada do *broadcast*, mas foi inserido pela defesa da ex-presidenta Dilma Rouseff, com o propósito



de resumir à história e dar ênfase à fala de Eduardo Cunha.

Definimos que Pn1 situa o leitor ao que fato que está acontecendo (uma reunião), ao local (na residência oficial da Câmara), a data (terça-feira 13), horário (na manhã), e aos personagens (Eduardo Cunha e os líderes da oposição). Até então, tínhamos uma situação de equilíbrio, mas, a partir do trecho com a fala de Eduardo Cunha, inicia-se o Pn2, a problemática da narrativa. Verificamos que o conflito começa a ser instaurado e, em decorrência desse conflito, ocorre o Pn3, a re-ação de Eduardo Cunha ao problema, ocasionando um novo comportamento, o de desconforto com a nota dos líderes da oposição. O Pn4 é a resolução do problema, ou seja, Eduardo Cunha quer garantias de que preservará o seu mandato. O Pn5 é o final da narrativa. Volta-se ao equilíbrio da situação inicial, pois, alguns líderes da oposição, sinalizam que podem segurar o processo de cassação contra Eduardo Cunha. Ainda temos o PnΩ, a avaliação final, que é o receio, dos líderes da oposição, sobre Eduardo Cunha ainda fazer um possível acordo com o governo.

A narrativa ocorre de forma linear e alcança o mais alto grau de narrativização, de acordo com o esquema proposto por Adam (2011), contribuindo para a orientação argumentativa do texto, reforçando a ideia de que o processo, de *impeachment*, deveria ser anulado.

5- CONCLUSÃO

Nosso estudo fez uma breve explanação sobre a área de pesquisa, expôs como se constitui a estrutura composicional e mostrou a sua relevância para a composição de um gênero textual. Nossa ênfase maior foi no esquema da trama da narrativa, proposto por Adam (2011), que foram as categorias de análise.

Na peça jurídica da Advocacia Geral da União, de número 001/2016, que trata da defesa da ex-presidenta Dilma Roussef, sobre o processo por crime de responsabilidade, o plano de texto está dividido em abertura, corpo do texto e fechamento. A partir do plano, identificamos e constatamos a importância das narrativas para a orientação argumentativa do texto. Não é atoa que elas aparecem no corpo do texto, na seção II: QUESTÕES PRELIMINARES, especificamente, na sub-seção II.1: A NULIDADE DO PROCESSO. Elas são utilizadas para reforçar a ideia de que o processo deveria ser anulado, devido às atitudes, do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Ressaltamos a importância, desse trabalho, para ampliar as pesquisas sobre o discurso jurídico no âmbito da Análise Textual de Discursos. Esperamos contribuir para novas pesquisas na área.



6- REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A Linguística Textual**: introdução à análise textual dos discursos. Trad. RODRIGUES, Maria das Graças Soares; SILVA NETO, João Gomes; PASSEGGI, Luis; LEURQUIN, Eulália Vera Lúcia Fraga. São Paulo: Cortez, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUESI, S.C., ELIAS, V.M. & CABRAL, A.L.T. (2017) Planos de texto, sequências textuais e orientação argumentativa. In: MARQUESI, S.C.; PAULIUKONIS, A.L.; ELIAS, V.M. (Org). **Linguística Textual e Ensino**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 13-32.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PASSEGGI, Luis *et al.* **A análise textual dos discursos**: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: LEITE, Marli Quadros; BENTES, Anna Christina (Org.). *Linguística de texto e análise de conversação*: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.